



Seis MESES de MANDATO

Mandato Todas As Vozes Transformando vidas.

Completar seis meses como vereadora aumenta minha responsabilidade como cidadã que temporariamente ocupa um espaço de poder. Nesse período, ao lado de uma equipe competente e técnica, vivenciamos como a Câmara Municipal de Uberlândia funciona no dia a dia e trabalhamos com o propósito de transformar a vida das mulheres para melhorar todas as vidas.

Acredito na construção coletiva e na excelência, que marcaram minha trajetória até aqui. Fui a sétima vereadora mais votada, a segunda mulher com o maior número de votos e a sexta que menos gastou na campanha. Devo esse resultado a uma história escrita conjuntamente por centenas de mulheres, que participaram comigo da fundação da SOS Mulher e Família, da criação da Casa Abrigo Travessia, do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e do Núcleo de Estudos de Gênero.

São décadas de ativismo e trabalho voluntário que construíram a ponte para que eu ocupasse, representando as mulheres e pessoas mais desassistidas, um espaço onde posso contribuir com políticas públicas, fiscalizar as que já existem, votar o orçamento com prioridades para quem está mais vulnerável, indicar ações ao executivo, fazer requerimentos e solicitar informações. E, também, comunicar o que fazemos, com trabalho qualificado, transparência e respeito pela maneira como o dinheiro público é utilizado. Para isso, contamos com o apoio da população, que acreditou em nosso potencial para construir um outro tempo para o legislativo.

Em seis meses, elaboramos mais de 20 projetos de lei, aprovando dois, estando entre os(as) três vereadores(as) com mais proposições, realizamos fiscalizações que resultaram em adequações nas escolas municipais para o retorno seguro às aulas, participei ativamente das 5 comissões permanentes para as quais fui designada, demos retorno às demandas da população, articulamos a criação de uma frente parlamentar que tem desenvolvido trabalho de qualidade.

Estou na Câmara com vontade de fazer acontecer, com energia positiva para realizar mudanças, sem abrir mão do meu jeito de ser e de fazer política. Tenho brilho nos olhos diante dos desafios que encontro no legislativo. Sou livre para me manifestar de acordo com meus princípios, sou autêntica, dona de mim e não abrirei mão disso em nome de padrões ou rótulos que vêm de fora. Meu jeito de fazer política passa pelo bom humor, pela leveza, sensibilidade, pela arte e também pela manifestação da indignação, pela exigência de direitos e cumprimento da legislação.

Nesses seis meses, aprendi, ajustei, construí relacionamentos, experimentei e vivi situações inéditas. O balanço é positivo e convido você, cidadão(ã), a acompanhar o que realizamos no Mandato Todas as Vozes.

Como dizia Guimarães Rosa, em “Grande Sertão: Veredas”:

"As pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam, verdade maior. É o que a vida me ensinou."

O que nos move

NOSSO PROPÓSITO:

Transformar a vida das mulheres, para melhorar todas as vidas.

NOSSOS VALORES:

Ética e transparência; qualificação; empatia e diversidade; igualdade e equidade; didático e acessível; comunicação.

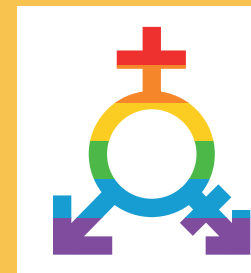
NOSSOS EIXOS:

Autonomia, segurança, trabalho e renda para mulheres; Educação formal e informal para a igualdade; Saúde, direitos sexuais e reprodutivos.

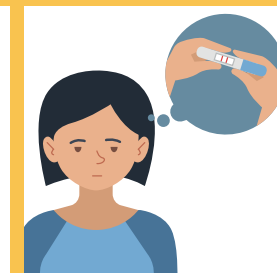
E todos esses eixos com a transversalidade e interseccionalidade da inclusão-diversidade e sustentabilidade.

Para contar o que fizemos nos primeiros seis meses de mandato, vamos organizar essa prestação de contas a partir dos nossos eixos.

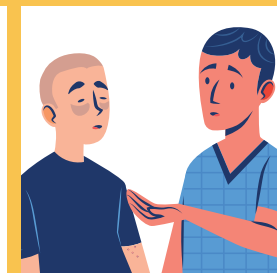
EM QUE Acreditamos



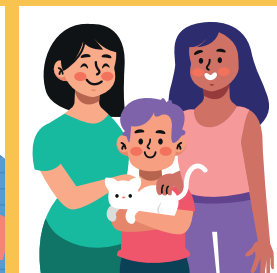
Igualdade de gênero



Assistência integral às mulheres vítimas de violência sexual que engravidam



Redução de danos para dependentes químicos



Respeito à diversidade de famílias



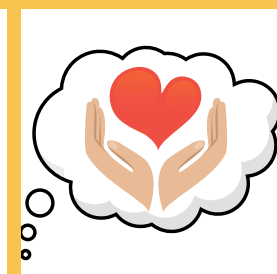
Escolas para o pensamento plural, senso crítico e autonomia



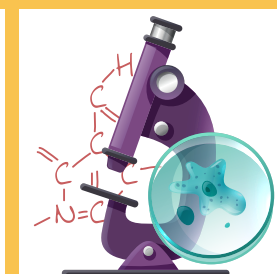
Tolerância religiosa



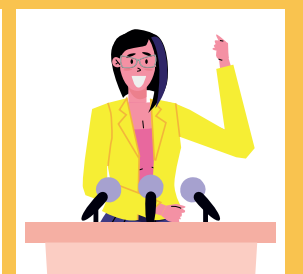
Defesa dos direitos das mulheres e das pessoas vulnerabilizadas



Liberdade de pensamento com responsabilidade social



Ciência com evidência



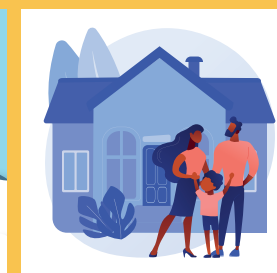
Autonomia do Poder Legislativo



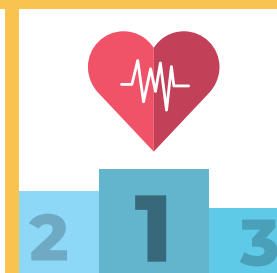
Exercício da cidadania e da participação social na política



Cidade sustentável



Moradia digna para todos(as)



A vida em primeiro lugar



Cultura da PAZ

Autonomia, segurança, trabalho e renda para as mulheres

1 em **4** Mulheres

de 16 anos ou mais **foi vítima** de algum tipo de violência nos últimos 12 meses no Brasil

O que **totaliza 17 milhões** de mulheres



FONTE: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição - 2021

Esses dados fazem parte do estudo “Visível e Invisível, a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizado pelo Datafolha (2021) e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em Uberlândia, os dados relacionados às violências contra a mulheres não são unificados. Temos realizado encontros periódicos com a rede de enfrentamento e trabalhamos para construir essa base de dados, inclusive com projeto de lei em parceria com colega vereador.

Na SOS Mulher e Família, em 2020, foram realizados 1.088 atendimentos familiares. No ano anterior, foram 1.200 atendimentos. Vale ressaltar que a queda não significa uma redução no número de casos, mas as dificuldades decorrentes do atendimento

remoto, como acesso à internet, ou mesmo a restrição de liberdade. E de 1997 a 2021 foram mais de 20 mil atendimentos.

Quando a mulher é vítima de violência doméstica, cresce a possibilidade de impactos em todas as áreas de sua vida: na família, na carreira, na atividade escolar, no relacionamento com a comunidade. Muitas param de trabalhar, outras se ausentam com frequência, outras encontram dificuldade em se qualificar.

Por isso, o #MandaTodasAsVozes se utiliza do processo legislativo para valorizar ainda mais as mulheres, para que elas tenham conhecimento de seus direitos e possam exercê-los em plenitude. Assim, elas terão melhores condições para conquistar e manter sua autonomia, integridade e bem viver.

Tipos de violências às mulheres

18,6%

Ofensa verbal (insulto, humilhação ou xingamento)
13 milhões

6,3%

Tapa, empurrão, chute
4,3 milhões

5,4%

Ofensa sexual ou tentativa forçada de manter relação sexual
3,7 milhões

3,1%

Ameaça com faca ou arma de fogo
2,1 milhões

2,4%

Espancamento ou tentativa de estrangulamento
1,6 milhão

FONTE: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição - 2021

Projetos de Lei

Dos 19 projetos individuais apresentados na Câmara Municipal, 12 são voltados para a defesa dos direitos das mulheres e muitas vezes, se cruzam com outros eixos, em especial o de saúde. Tivemos a aprovação de um deles, a Lei Elis, que estabelece uma semana de conscientização relacionada às perdas pelo luto gestacional, neonatal e infantil. Esta nossa Lei já foi multiplicada pelo país.

Foram 12 projetos de nossa autoria e 7 em conjunto com colegas desta casa.



JÁ É LEI!

Institui no calendário oficial do Município de Uberlândia a Semana de Conscientização da Perda Gestacional, Neonatal e Infantil “Lei Elis”.



Determina a flexão de gênero na alusão a cargos, a empregos e a funções públicas em documentos expedidos por órgãos e entidades da Administração Pública municipal direta e indireta.



Estabelece a "PARADA SEGURA" em horário noturno no itinerário dos ônibus de transporte coletivo.



Diretrizes da Política Municipal da Linguagem Cidadã.



Orientação em bares, restaurantes, casas noturnas e outros a adotarem medidas de auxílio às mulheres em situação de risco.



Obrigatoriedade da construção ou adaptação de fraldários acessíveis aos frequentadores de shopping centers, comércios de grande circulação e estabelecimentos similares.



Torna obrigatória a adoção do formulário nacional de avaliação de risco a ser aplicado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.



Institui o Dia de Enfrentamento à Violência Política Contra as Mulheres no Município de Uberlândia.



Medidas de prevenção e combate à importunação ofensiva contra mulheres no Sistema Municipal de Transporte Público Coletivo de Passageiros.



Inclui no calendário oficial do Município de Uberlândia o Dia da Mulher Indígena.



Propõe alteração no Cód. Municipal de Saúde com o objetivo de garantir atendimento continuado aos profissionais da saúde e garantia dos direitos das mães que vivenciam perda neonatal, gestacional e infantil.



Prevê a alteração da lei que disciplina o nome de logradouros públicos, prevendo um sistema de cotas que garanta a quantidade mínima de nomes de mulheres.

Direito à memória

Na nossa sociedade, o machismo/sexismo opera para que o masculino seja naturalizado e lembrado exclusivamente como sujeito da história. Em defesa do direito à memória, fizemos algumas propostas legislativas: **PL 268/2021 - Inclui no calendário Oficial do Município de Uberlândia o Dia da Mulher Indígena** (em tramitação).

Alteração na lei que regulamenta a nomeação de ruas e espaços públicos: nossa proposta institui cotas com o objetivo de garantir que tenhamos obrigatoriamente mais mulheres nomeando a organização espacial da cidade.

Direito à participação política, sem violências e aos espaços de poder.

Com o objetivo de instrumentalizar e fortalecer a inclusão e permanência de mulheres em espaços políticos, estamos atuando para a efetividade da **Procuradoria da Mulher**, que foi criada em 2017 sem ter sido efetivada. Ela finalmente se torna realidade na atual legislatura e terei a honra de estar à frente da iniciativa, trabalhando conjuntamente com outras três vereadoras.

A Procuradoria tem o papel de se somar à rede de enfrentamento à violência como mais um elo, além de tratar da educação para a igualdade de gênero e combate à violência política de gênero.

Sou co-autora de um projeto de lei para incluir no nosso calendário oficial um Dia para sensibilização quanto à Violência Política de Gênero, temática pouco debatida,

e esse é um passo para que consigamos dar visibilidade ao tema e construir mais ações para que todas as mulheres possam realizar o seu direito de participar da vida pública com igualdade de condições.

Direito às nossas escolhas

Entre nossas pautas, sempre defenderemos o direito das mulheres sobre seus corpos. Isso inclui direitos sexuais e reprodutivos, com acesso a serviços que protejam a vontade da mulher diante de situações de violências contra seus corpos.

Nesse primeiro semestre, tivemos um debate sobre a excelência do trabalho do Nuavidas/Núcleo de Atenção Integral à Violência Sexual/HC/UFU, que atende vítimas e respeita suas escolhas quanto à interrupção de uma gestação resultante de estupro.

Direito de existir

Entre nossas ações, defendemos o direito das pessoas existirem, em sua diversidade. Tratar de temas sobre gênero, pessoas trans e diversidade tem gerado embates no legislativo local.

Projetos simples, como a Lei Elis, a criação da Comissão da Diversidade e a Lei de Combate à Homofobia por exemplo, geram debates acalorados pela simples presença de conceitos que ainda são desconhecidos, ou propositadamente distorcidos e precisam ser mais discutidos, para que todos tenham o direito de serem quem são.

Direito à informação

O enfrentamento à violência doméstica demanda o acesso a diagnósticos qualificados sobre a realidade local. Para isso, solicitamos dados por meio de pedidos de informações encaminhados para diferentes secretarias.

Para romper com o “ciclo-espiral” da violência e reaver sua autonomia para escolhas é importante que as mulheres consigam identificar os sinais da violência doméstica e procurem apoio especializado.

Por essa razão, realizamos ações educativas e preventivas desde o início do mandato. Nosso objetivo é promover e destacar mulheres e meninas em diferentes áreas de atuação e reafirmar o posicionamento político do #MandaTodasAsVozes sobre a diversidade das mulheres.



Audiências Públicas

Promovemos em março uma Audiência Pública com a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica em Uberlândia, da qual participaram os diferentes elos, como Delegacia de Mulheres, Centro Integrado da Mulher, Universidade Federal de Uberlândia, Polícia Militar, Defensoria da Mulher, Nuavidas, Conselho de Direitos das Mulheres, serviços de saúde e organizações da sociedade civil como a Casa Abrigo e a SOS Mulher e Família.

Em junho, foi realizado novo encontro da rede, com foco na discussão do atendimento unificado e da necessidade de diagnóstico municipal.

Ainda sobre o tema, participei da Audiência Pública Violência Doméstica em Tempos de Pandemia, a convite de colega vereador.



Gabinete participativo e encontros com a comunidade



Priorizamos o contato com movimentos de mulheres nas comunidades vulneráveis da cidade, por meio das cozinhas comunitárias e solidárias dos bairros Maná, Dom Almir e Élisson Prieto (Glória) que têm chegado onde o poder público não chega. Conversamos com essas mulheres, escutamos e registramos suas necessidades, nos aprofundamos no entendimento de cada região da cidade e abrimos canais de diálogo para a transformação da realidade das pessoas dessas comunidades.

Em parceria com a organização SOS Mulher e Família, Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e Central de Movimentos Populares, trabalhamos para iniciar em Uberlândia o movimento das Promotoras Legais Populares (PLPs) e iniciar em breve um processo coletivo de formação.

Trata-se do compartilhamento de saberes que qualificam, pela educação popular, as mulheres para a defesa de direitos em suas comunidades, sendo certificadas, tornando-se promotoras de direitos e de cidadania.



Pedidos de informação e requerimentos

Concentramos nossos esforços para conhecer os dados e os desafios das organizações para oferecer o melhor atendimento às mulheres que vivenciam violência doméstica na cidade de Uberlândia.

Também encaminhamos pedidos de informação para sabermos como tem sido o funcionamento da Casa Abrigo Travessia, com seus diagnósticos de atendimento e solicitamos os documentos que comprovam as atividades realizadas para o bem-estar e proteção das mulheres e crianças abrigadas.



Educação formal e informal para a igualdade

Como educadora, participo da Comissão Permanente de Educação, Cultura e Ciência. Participei ativamente dela enquanto ocorreram reuniões com regularidade e orientei minha conduta pela defesa dos interesses da comunidade escolar, o que inclui professores(as), servidores(as) e alunos(as). Sou, também, integrante do Conselho Municipal de Educação e do Conselho dos Direitos das Mulheres.

Trabalhamos pela defesa dos direitos em diferentes frentes de trabalho.

Posse para professoras(es) concursadas(os)

Desde os primeiros dias do mandato, recebemos denúncias de profissionais concursados(as) que demandam seus direitos a tomarem posse. Oferecemos orientação jurídica, fizemos pedidos de informação e requerimentos, dialogamos com a Secretária de Educação. Na medida em que recebemos informações, repassamos para demandantes e interessados(as).

Vacinação de professoras(es)

Defendemos que a volta às aulas presenciais acontecesse mediante a vacinação de profissionais da educação. Apoiamos o movimento Mães pela Vacina, que mais de uma vez usou a Tribuna Livre da Câmara para apresentar suas demandas. Estamos aqui como portavozes. Fizemos também pedidos de informação e requerimentos específicos.

Impedimento da escola cívico-militar

Assistimos, no primeiro semestre, ações rápidas, com questionável transparência, publicidade e sem acesso a todas as informações para a implantação do Programa de Escola Cívico-Militar em nossa cidade. A iniciativa começou pela Escola Municipal Hilda Leão Carneiro, do Bairro Morumbi, sem que houvesse um amplo debate com a sociedade. Problematicamos essa decisão nos fóruns competentes, fizemos pedidos de informação e optamos pela judicialização em conjunto com as vereadoras Amanda e Dandara e com o Conselho Municipal de Educação. Questionamos a forma como se deu e por sua inconstitucionalidade, violadora do Estatuto da Criança e Adolescente e do Plano Municipal de Educação.

A Comissão de Educação, Cultura e Ciência da Câmara também se posicionou contrária à implantação. Nossas escolas

Plano municipal de educação

Estamos realizando estudo aprofundado para acompanhar a atualização e efetivação deste Plano e também voltar a inserir temas como diversidade, gênero e respeito aos direitos de todas as pessoas. Fui eleita vice-presidente do Fórum de Educação.

não precisam de militares aposentados, mas de profissionais do Serviço Social e da Psicologia como previsto em lei, de formação docente continuada, de acesso às novas tecnologias e a internet de qualidade e de valorização docente com melhor remuneração. Talvez trazer de volta professores aposentados(as). A escola pública boa é de qualidade, integral, para a inclusão, a diversidade, o senso crítico, a cultura da paz, a autonomia: escolas asas, não gaiolas.

Fiscalização de escolas

De forma coletiva, fizemos duas fiscalizações que totalizaram 70 escolas municipais, para conferir o cumprimento do protocolo biossanitário que possa garantir um retorno seguro às aulas presenciais. Nas duas fiscalizações, utilizamos um instrumental por nós elaborado para o celular, demos formação aos(às) fiscais e informamos a Secretaria Municipal de Educação, trabalhando de acordo com as premissas do legislativo. Indicamos as melhorias necessárias para a responsável pela pasta de educação e da saúde e continuaremos atuando para garantir a segurança de todos(as).



Audiências Públicas

Na área de educação, participamos dos seguintes eventos:



Retorno presencial das aulas - Fotos: Aline Rezende - 20/01/2021



Debate Aberto sobre a implementação das Escolas Cívico-Militares
Fotos: Aline Rezende - 05/04/2021



Movimento de volta às aulas - Fotos: Aline Rezende - 04/02/2021

Pedidos de informação e requerimentos

As medidas de segurança para conter a pandemia também tiveram impacto na rotina das escolas da nossa cidade. Concentramos nossos esforços em compreender as ações da secretaria de educação para garantir as normas de biossegurança, e assim a saúde de professoras(es), crianças e toda a comunidade escolar.

Além disso, questionando sobre a formação de professoras(es) para o ensino remoto e o oferecimento de condições e equipamentos de tecnologia para a condução das aulas, bem como a oferta de possibilidades para estudantes que por razões diversas não possuem acesso à internet e às tecnologias disponíveis.

Acompanhamos as(os) aprovadas(os) no concurso público municipal e procuramos entender o planejamento do poder executivo para a efetivação dos mesmos, haja vista a necessidade das escolas.



Saúde, direitos sexuais e reprodutivos

Temos nos dedicado a ações de enfrentamento à Covid e também a outros temas que envolvem a saúde da população. Encaminhamos requerimentos e pedidos de informação relacionados à Covid-19, incluindo testagem e vacinação.

Articulamos a criação da Frente Parlamentar LegislATIVO pela Saúde e Desenvolvimento Socioeconômico, com ações diversas de enfrentamento à Covid-19 e seus impactos.

Propostas individuais

PL 240/2021

Propõe alteração no Cód. Municipal de Saúde com o objetivo de garantir atendimento continuado aos profissionais da saúde e garantia dos direitos das mães que vivenciam perda neonatal, gestacional e infantil (em tramitação).

PL 257/2021

Institui no calendário oficial do município de Uberlândia o Dia Municipal da Luta Antimanicomial **(aprovado)**.

PL 281/2021

Torna obrigatória a adoção do formulário nacional de avaliação de risco a ser aplicado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar (em tramitação).

Propostas coletivas

PLO 146/2021

Medidas de transparência relativas ao plano de vacinação municipal, das informações a respeito da quantidade e indivíduos vacinados, criação do cadastro municipal de vacinados.

PL 253/2021

Medida extraordinária de poder de polícia administrativa de enfrentamento da situação de emergência em decorrência do novo coronavírus - Sars_COV2.

PL 103/2021

Programa de fornecimento de absorventes higiênicos (PFAH) para estudantes nas unidades de ensino da rede pública municipal.

Participação na comissão de saúde

A Comissão realizou reunião ordinária com a temática sobre a Luta Antimanicomial e os direitos de atendidos(as), com especialistas e representantes de usuários(as) do serviço, da cidade de Uberlândia.

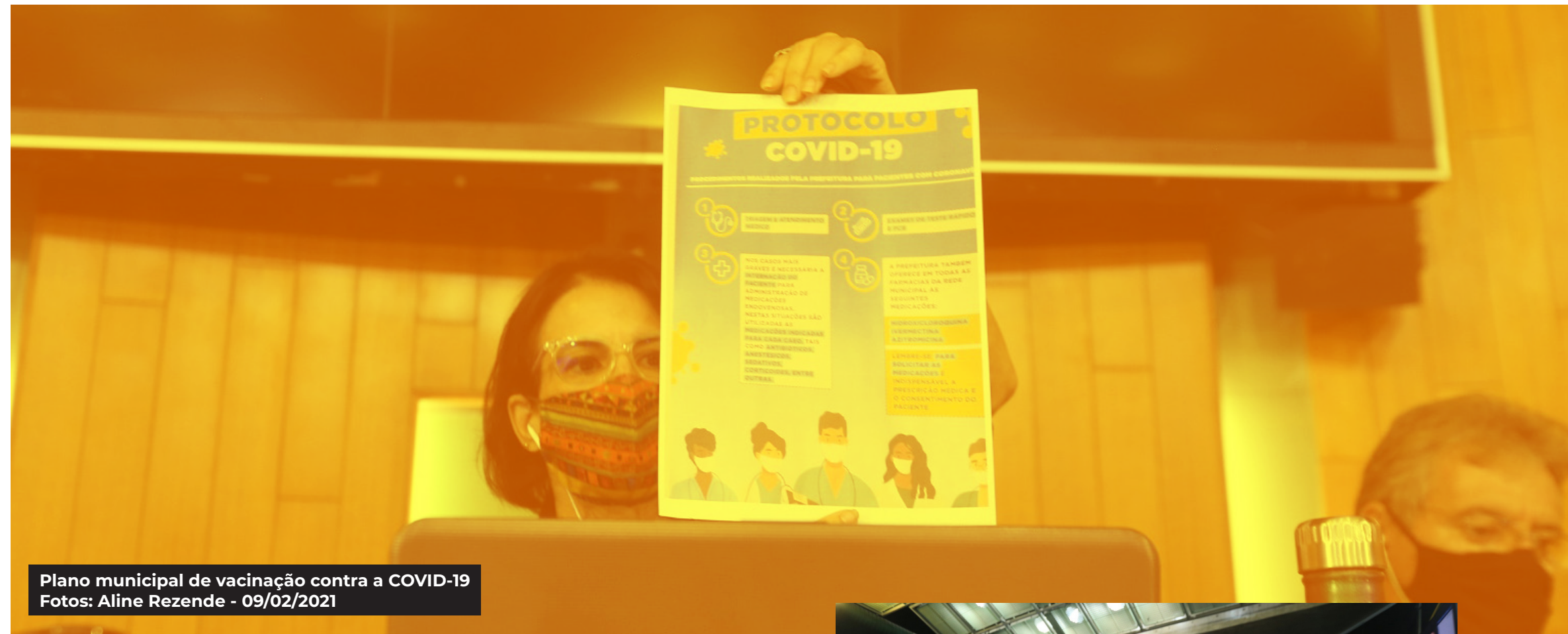
Como encaminhamento foi elaborado um requerimento para considerar a população com transtornos mentais graves como parte do grupo prioritário PCD (Pessoa com Deficiência) para vacinação contra a Covid-19. A solicitação foi atendida pelo poder executivo.

O #MandaTodasAsVozes em parceria com a Frente Parlamentar LEGISLATIVO pela Saúde e o Desenvolvimento Socioeconômico realizou minicurso com especialistas da cidade para tratar de Reforma Psiquiátrica no Mundo, no Brasil e em Uberlândia.

Acessibilidade

Realizou-se uma grande movimentação para melhor atenção de PCD no que tange a intérpretes nos serviços públicos, em diálogo com a população, a promotoria e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (SEDEST) para montar um módulo específico nesta última para intérpretes, pois a parceria com o estado estava insuficiente.

Audiências Públicas



Plano municipal de vacinação contra a COVID-19
Fotos: Aline Rezende - 09/02/2021



Os direitos da pessoa com autismo
Fotos: Aline Rezende - 06/04/2021

Pedidos de informação e requerimentos

Concentramos nosso trabalho para acompanhar o enfrentamento à pandemia e a vacinação contra a Covid-19. A Política Nacional de Imunização do Governo Federal deixou margem para muitas dúvidas, especialmente sobre a obrigatoriedade de segui-la e a independência do município para agir de forma diversa.

Fizemos mais de 20 pedidos de informação para entender qual a metodologia de trabalho da prefeitura diante da pandemia:

- Como os estudos epidemiológicos sobre a Covid-19 estão sendo realizados?
- Qual é o Plano Municipal de Vacinação?
- A prefeitura de Uberlândia vai seguir a orientação do Governo Federal ou não?
- Como esta sendo realizada a coleta e tratamento de resíduos sólidos hospitalares e domésticos?
- Como a Inteligência Artificial que faz a gestão de cadastro e chamamento da vacina está escolhendo a ordem de vacinação na cidade?
- Quais as medidas de proteção dos dados da saúde coletados com a vacinação da Covid-19?
- Por que o município não faz o registro de auto identificação dos dados sobre a Covid-19 assim como orienta Nota Técnica da Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais?

Esses foram alguns questionamentos que orientaram nosso trabalho de acompanhamento das ações de saúde, que se estenderam também à Secretaria de Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais.

Como resultado, conseguimos oferecer a melhor orientação aos munícipes que procuram o gabinete, estando confusos e com dúvidas, e também fortalecer a Ouvidoria da Saúde, instrumento de controle e participação social para a melhoria da prestação do serviço de saúde na nossa cidade.

Considerando ainda o retorno que tivemos sobre as ouvidorias, fizemos uma indicação ao Poder Executivo Municipal, para que realizasse campanha informativa / educativa sobre a Ouvidoria e seu funcionamento, além de sugerir que seus cadastros sejam realizados assim como os da Ouvidoria Federal, com a possibilidade de coleta de dados de identidade de gênero e auto identificação de cor/raça/etnia

Como o plano de vacinação é gradativo e continuado, fizemos requerimento para que todos(as) profissionais e estagiários(as) da área de saúde, conforme CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde previamente cadastrados, fossem vacinados.

Frente Parlamentar LegisLATIVO pela Saúde e Desenvolvimento Socioeconômico

Reunimos vereadoras(es) em torno de uma frente parlamentar para unificar ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia. Havia várias iniciativas isoladas, que entravam no processo legislativo ao mesmo tempo e criamos um pacote de medidas, que passou a ser desenvolvido coletivamente para evitar retrabalho, agilizar demandas, qualificar as propostas e fazer bom uso do recurso público.

A primeira lei aprovada coletivamente foi a que prevê multas para festas clandestinas. Entraram em discussão e não foram aprovadas as leis referentes à transparência no processo de vacinação e a multa para quem fura a fila da vacina. Depois da movimentação da Frente Parlamentar, a Prefeitura Municipal de Uberlândia passou a divulgar em seu site os nomes das pessoas vacinadas e a categoria prioritária à qual cada um (a) pertencia.

A Frente também indicou ao executivo ampliar fiscalização na pandemia com “desaglomeradores”; fiscalizou escolas municipais após o retorno às aulas presenciais em junho e se reúne periodicamente para discutir e dar

andamento em propostas legislativas que vão contribuir para o enfrentamento à Covid-19, como o projeto de atualização das Leis sobre Hortas Comunitárias para segurança alimentar.





Temas complementares

Execução do orçamento e bens públicos

Nossas ações de fiscalização também pretendem acompanhar a execução do planejamento financeiro do município, o que inclui o gasto do dinheiro público, a realização de políticas públicas e a preservação e conservação de bens públicos.

Solicitamos os relatórios trimestrais do ano de 2020, cópias de convênios de cultura e as respectivas prestações de contas, o saldo e gastos do fundo municipal de habitação, compreender o investimento com operações de “tapa buraco”, e também o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do primeiro semestre de 2021, bem como o relatório da gestão fiscal (RGF) do mesmo período.

Também fizemos um requerimento para a convocação do Secretário Municipal de Trânsito e Transporte para comparecer à Casa Legislativa e prestar esclarecimentos sobre o cumprimento do contrato das prestadoras de serviços de transporte público, pois funcionários(as) declararam greves frente às irregularidades no pagamento dos salários e a ameaça a saúde dos mesmos pela ausência de cumprimento das normas de biossegurança para a circulação dos ônibus.

Sustentabilidade

As ações de fiscalização para a sustentabilidade, se concentraram em compreender quais são as ações realizadas para a política de hortas comunitárias, tão importantes nesse momento de insegurança alimentar, bem como o desenvolvimento e implantação do saneamento básico do Bairro Élisson Prieto (Glória).

Outra iniciativa está em sensibilizar e propiciar formação aos(as) profissionais da Câmara e tornar o prédio sustentável, sem uso de descartáveis, com separação do lixo e uso de energia fotovoltaica.

Expediente

Vereadora: Cláudia Guerra (PDT)

Equipe: Adriana de Faria e Sousa, Ana Lidia Anastacio, Cristiano Vasconcelos Vieira Garcia, Fernanda Nogueira Campos Rizzi, João Lucas Ribeiro Moreira, Karolina de Castro Cordeiro Alvarenga, Nasser de Freitas Pena, Rafaela Picolo Garcia, Raquel Tibery Espir, Rayssa Lemes Ordonhes, Richard Xavier da Silva Vieira, Rodrigo Ferreira Figueira, Rúbia Mara de Freitas, Sônia Maria dos Santos e Weber Abrahão Júnior.

Redação: Adriana Sousa, Rúbia Mara de Freitas, Nasser Pena, Raquel Tibery e Weber Abrahão.

Revisão: Adriana Sousa, Cláudia Guerra e Nasser Pena.

Projeto Gráfico: Richard Vieira.

Fotografia: Aline Rezende, Ariston da Silva Júnior (Sal), Nasser Pena e Richard Vieira.

Você não está sozinha!

Rede pela não violência doméstica e às mulheres.

Central de Atendimento à Mulher: 180

Polícia Militar 24h: 190

Delegacia Virtual de Minas Gerais:

www.delegaciavirtual.sids.mg.gov.br

(registro de ocorrência de violência doméstica, ameaça, vias de fato, lesão corporal, descumprimento de medida protetiva)

Patrulha de Prevenção a Violência Doméstica PPVD/PMMG:

Tel - 34 99968-5878 | Cel - 34 99639-6932

De segunda a sexta-feira, das 07h às 14h

Delegacia das Mulheres: Tel - 34 3210-8304

(medida protetiva, encaminhamento para abrigo seguro para mulheres e filhos(as) em risco)

De segunda à sexta-feira, de 08h às 17h30 (almoço 11h às 14h)

SOS Mulher e Família: Tel - 34 3215-7862 | 34 99876-7862

(atendimento psicossocial e jurídico)

Segunda à sexta-feira, das 8h às 17h

Defensoria Pública da Mulher: Tel - 34 3235-0799 | Cel - 31 98431-9580

Ministério Público: Tel - 34 3218-6900

Das 9h às 18h

Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Violência Sexual: Tel - 34 3218-2157

Mulheres - sextas-feiras, das 08 às 12h

Crianças e adolescentes, das 13h30 às 18h

Todas por Elas ESAJUP: Tel - 34 3291-6356

Conselho dos Direitos das Mulheres: Cel - 34 99687-5033

Líder do partido na Câmara Municipal de Uberlândia

Presidência municipal e **Secretária de assuntos de Educação** estadual da Ação da Mulher Trabalhista

Diretora regional do Triângulo Mineiro do Movimento Trabalhista pela Educação - MG

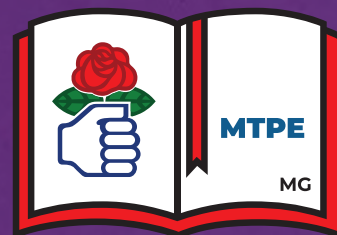
Apoiadora dos movimentos de base do PDT: Juventude, Ecotrabalhismo, Diversidade e Movimento Negro.

Integrante da Fundação Leonel Brizola.

VEREADORA

Cláudia GUERRA

#TodasAsVozes



Movimento Trabalhista
Pela Educação